

A OMISSÃO BUROCRÁTICA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomércio/SP. Professor Emérito da Universidade Mackenzie e das Escolas do Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) e Superior de Guerra (ESG)

Os ministros da Nova Zelândia decidiram cortar 20% de seus vencimentos para auxiliar no combate à Covid-19, sinalizando para os demais servidores públicos o caminho a seguir.

No Brasil, o grosso da carga tributária suportada pelo sofrido povo brasileiro é destinado aos detentores do Poder (políticos e burocratas), ao ponto de tal peso de benesses concedidas a tais cidadãos elevar o peso dos tributos a nível superior, segundo a OCDE, em levantamento de dois anos atrás, ao dos Estados Unidos, Japão, Suíça, Coreia do Sul, México, China e a maioria dos países com assento na ONU.

Para poder manter uma esclerosada máquina burocrática, que cria inúmeras obrigações inúteis sobre o cidadão, que ao descumpri-las entram na mira do Ministério Público, o Brasil é obrigado a endividar-se no mercado, tendo a mais alta dívida entre os países emergentes democráticos.

O FMI já admite que a dívida interna do Brasil, por seus critérios mais elásticos que os nossos, já atingiu a 90% do PIB e chegará a 98%, no fim de 2020.

Ora, no momento em que se prevê que o desemprego dobrará, que as empresas lutam para sobreviver no pagamento de empréstimos e empregados, em que a manutenção de emprego só é possível com acordos redutores de salários, não se compreende que a mastodônica máquina burocrática dos três poderes das três esferas da Federação não dê a demonstração de patriotismo, aceitando a redução de seus subsídios ou vencimentos.

"O Estado de São Paulo" publicou, em 2015, que o governo federal mantinha 115.000 servidores não concursados, contra 4.000 de Obama (EUA) e 600 de Merkel (Alemanha). Alvim Tofler, no livro "A terceira onda", afirmava que os burocratas, quando se integram ao poder, são mais permanentes que os políticos, pois sua função é, quase sempre, gerar obrigações sobre a sociedade e, desta forma, tornarem-se imprescindíveis, com o que se os políticos são temporários, dependendo sempre de eleições, os burocratas são permanentes.

Se tivéssemos apenas uma redução de 10% na sua remuneração, por 6 meses, o governo poderia utilizar tais recursos para combater com mais eficácia a pandemia que assola o mundo.

É de se lembrar que o governo prevê que no fim da pandemia, por seus próprios critérios, seu endividamento chegará a 90%, além de diluir suas reservas externas, que baixaram de aproximadamente 360 bilhões de Dólares do início do ano, a um patamar ainda imprevisível.

Não é possível que aqueles, que se declaram servidores públicos, mas que, no curso dos últimos anos, são os grandes privilegiados da Nação, - isto é, servem-se mais da sociedade do que a servem -, não deem, neste momento de calamidade pública, a sua contribuição, lançando o ônus da luta hercúlea que o povo trava contra o corona vírus, à sociedade não governamental.

Com menos receita tributária pela paralisação de atividades e com mais gastos, que terão que ser cobertos ou por recursos do mercado ou pela inflação, aqueles que detém o poder, nas três esferas da Federação, deveriam dar o exemplo para o país, auxiliando, efetivamente, com tal corte, que, pela magnitude, muito auxiliaria no combate ao corona vírus.

Se não o fizerem, assemelhar-se-ão aos senhores feudais da Idade Média, explorando os escravos da gleba, que são os cidadãos não governamentais.

É verdade que há excelentes servidores, bem preparados, nas denominadas carreiras de Estado (militares, magistrados, etc.), mas, exatamente porque tais servidores não são apenas “amigos do rei” - por auxiliarem os eleitos a chegarem no poder, recebendo o prêmio de seu apoio - mas técnicos concursados, se o exemplo viesse deles, dariam uma excepcional contribuição para que a nação abalada readquirisse fé nas instituições - às vezes tisonada, por inúteis desavenças entre autoridades, num momento em que todas deveriam estar juntas e unidas nas duras batalhas que ainda teremos pela frente.

Quanto mais insensíveis forem, mais o governo terá dificuldade de lançar títulos no mercado, pois, para sustentar a pantagruélica máquina burocrática dos beneficiários da República, com receitas reduzidas e despesas aumentadas, será impossível determinar os juros ideais a prevalecerem em títulos a médio e longo prazo, algo que elimina a atração pela compra de papéis governamentais, a médio e longo prazo.

É de se lembrar que, se o governo não conseguir colocar seus papéis, inicialmente o aumento de juros e depois a inflação serão as consequências naturais da pandemia. Seria importante que quem absorve considerável parcela dos recursos nacionais abrissem mão de seus privilégios, por curto espaço de tempo e em percentual bastante tolerável.

Estamos, numa guerra sem data para terminar e sem cenário estável para a recuperação mundial, pelo menos razoavelmente previsível. Que o exemplo de patriotismo e não de mesquinhos apegos às benesses que usufruem, seja dado por todos os servidores públicos brasileiros, algo que também serviria de modelo para outras nações em idêntica batalha.

É o que a nação espera de seus servidores.

a2020-005 A OMISSÃO BUROCRÁTICA final

O ESTADO DE S. PAULO

Espaço Aberto

A omissão burocrática

*
Ives Gandra da Silva Martins

Os ministros da Nova Zelândia decidiram cortar 20% de seus vencimentos para auxiliar no combate à covid-19, sinalizando para os demais servidores públicos o caminho a seguir. No Brasil, o grosso da carga tributária suportada pelo sofrido povo brasileiro é destinado aos detentores do poder (políticos e burocratas), a ponto de o peso de benesses concedidas a tais cidadãos elevar o peso dos tributos a nível superior, segundo a OCDE, em levantamento de dois anos atrás, ao de Estados Unidos, Japão, Suíça, Coreia do Sul, México, China e a maioria dos países com assento na ONU.

Para poder manter uma esclerosada máquina burocrática, que cria inúmeras obrigações inúteis sobre o cidadão, que ao descumpri-las entram na mira do Ministério Público, o Brasil é obrigado a endividar-se no mercado, tendo a mais alta dívida entre os países emergentes democráticos. O FMI já admite que a dívida interna do Brasil, por seus critérios, mais elásticos que os nossos, já atingiu 90% do PIB e chegará a 98%, no fim de 2020.

Ora, no momento em que se prevê que o desemprego dobrará, que as empresas lutam para sobreviver ao pagamento de empréstimos e empregados, em que a manutenção de emprego só é possível com acordos redutores de salários, não se compreende que a mastodônica máquina burocrática dos três Poderes das três esferas da Federação não dê demonstração de patriotismo, aceitando a redução de seus subsídios ou vencimentos.

O Estado de S. Paulo publicou, em 2015, que o governo federal mantinha 115 mil servidores não concursados, ante 4 mil no governo Obama (EUA) e 600 no de Merkel (Alemanha). Alvin Toffler, no livro *A Terceira Onda*, afirma que os burocratas, quando se integram ao poder, são mais permanentes que os políticos, pois sua função é, quase sempre, criar obrigações sobre a

sociedade e, dessa forma, tornar-se imprescindíveis. Em suma, se os políticos são temporários, dependendo sempre de eleições, os burocratas são permanentes. Se tivéssemos apenas uma redução de 10% na sua remuneração, por seis meses, o governo poderia utilizar tais recursos para combater com mais eficácia a pandemia que assola o mundo.

É de lembrar que o governo prevê que no fim da pandemia, por seus próprios critérios, seu endividamento chegará a 90%, além de diluir suas reservas externas, que baixaram de aproximadamente US\$ 360 bilhões no início do ano a um patamar ainda imprevisível.

Não é possível que os que se declaram servidores públicos, mas no curso dos últimos anos são os grandes privilegiados da Nação - isto é, servem-se mais

Dos servidores públicos se espera patriotismo, não mesquinho apego às benesses que usufruem

da sociedade do que lhe servem -, não deem, neste momento de calamidade pública, sua contribuição, lançando o ônus da luta hercúlea que o povo trava contra o coronavírus à sociedade não governamental.

Com menos receita tributária pela paralisação de atividades e com mais gastos, que terão de ser cobertos ou por recursos do mercado ou pela inflação, os que detêm o poder, nas três esferas da Federação, deveriam dar o exemplo ao País, auxiliando efetivamente com tal corte, que pela magnitude muito auxiliaria no combate ao coronavírus. Se não o fizerem, assemelhar-se-ão aos senhores feudais da Idade Média, explorando os escravos da gleba, que são os cidadãos não governamentais.

É verdade que há excelentes servidores, bem preparados, nas denominadas carreiras de Estado (militares, magistrados, etc.). Mas exatamente porque tais servidores não são apenas "amigos do rei" - por

auxiliarem os eleitos a chegar ao poder, recebendo o prêmio de seu apoio -, mas técnicos concursados, se o exemplo viesse deles, dariam excepcional contribuição para que a Nação, abalada, readquirisse fé nas instituições - às vezes tisonada por inúteis desavenças entre autoridades, num momento em que todas deveriam estar juntas e unidas nas duras batalhas que ainda teremos pela frente.

Quanto mais insensíveis forem, mais o governo terá dificuldade de lançar títulos no mercado, pois para sustentar a pantagruélica máquina burocrática dos beneficiários da República, com receitas reduzidas e despesas aumentadas, será impossível determinar os juros ideais a prevalecerem em títulos de médio e longo prazos, o que elimina a atração pela compra de papéis governamentais, em médio e longo prazos.

É de lembrar que, se o governo não conseguir colocar seus papéis, inicialmente o aumento de juros e depois a inflação serão as consequências naturais da pandemia. Seria importante que quem absorve considerável parcela dos recursos nacionais abrisse mão de seus privilégios, por curto espaço de tempo e em percentual bastante tolerável.

Estamos numa guerra sem data para terminar e sem cenário estável para a recuperação mundial, pelo menos razoavelmente previsível. Que o exemplo de patriotismo, e não de mesquinhos apegos às benesses que usufruem, seja dado por todos os servidores públicos brasileiros, o que também serviria de modelo para outras nações em idêntica batalha.

É o que a Nação brasileira espera de seus servidores.

*
PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE DIREITO DA FECCOMERCIO/SP. É PROFESSOR EMÉRITO DA UNIVERSIDADE MACKENZIE E DAS ESCOLAS DO COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (ECEME) E SUPERIOR DE GUERRA (ESG)